

**SCRIPTION/ESCRITURA:
SOBRE DOIS PRINCÍPIOS SEMIODISCURSIVOS
DA COMUNICAÇÃO ESCRITURAL E SOBRE A “NARRATIVA DE VIDA”¹**

*Henry Boyer**

RESUMO: Esta contribuição retoma uma reflexão desenvolvida em uma obra antiga e já esgotada (BOYER, 1988), com foco na “ordem escritural” (PEYTARD, 1970) (malconduzida pelas ciências da linguagem na França durante o período puro e duro do estruturalismo triunfante, em meados do século XX), para analisar e ilustrar as coerências dos funcionamentos semiodiscursivos que a constituem.²

PALAVRAS-CHAVE: Semiolinguística; Análise do Discurso; Inscrição.

¹ Traduzido do francês por Cristiano Florentino.

* Professor Emérito da Universidade Paul-Valéry, em Montpellier/França. Tem várias publicações (livros) sobre conflitos de línguas e ideologias sociolinguísticas, representações e práticas identitárias além de trabalhos (livros/artigos) sobre o discurso & mídias. É o diretor da Coleção Langue et Parole da Editora L'Harmattan, Paris.

² Com certeza, estas análises mereceriam uma atualização consequente, particularmente bibliográfica. Porém, neste caso, a contribuição teria tomado, seguramente, proporções redibitórias, pois teria excedido a função que lhe foi destinada no conjunto do “dossiê” em que ela deve tomar lugar.

***Scription*³ versus escritura**

Se examinamos uma receita de cozinha ou um pequeno anúncio, por exemplo, damos-nos conta de que, se existe uma prática originalmente escritural, essa prática é profundamente codificada; que a “criatividade” não está em parte alguma, reprimida pelos pesados constrangimentos semiolinguísticos. Certamente, a informação é (quase) sempre diferente, mas as modalidades de apresentação dessa informação são bastante rígidas, ritualizadas, podemos dizer. Podemos ver, nessas práticas, a manifestação do princípio de *scription*. Evidentemente, há diversas modalidades de *scription* correspondentes à especificidade da relação constrangimento-criação. É evidente que o princípio de *scription* não opera da mesma maneira, nem em mesma proporção, para o telegrama, para a correspondência administrativa ou para textos jurídicos do tipo “lei” ou “deliberativos”.

A esse princípio de *scription* vamos opor um princípio de escritura. Tomo emprestados de Roland Barthes os termos *scription* e escritura, dando-lhes um estatuto teórico totalmente diferente (BARTHES, 1974, p. 3-4). A escritura depende plenamente da criação (o que não exclui a referência a modelos de expressão cultural): ela produz discursos cuja originalidade surge exatamente na instauração de um funcionamento relativamente autônomo, assim como na aparição de distorções em relação aos códigos (culturais, sociais etc) empregados simultaneamente. A “literatura”, obviamente, não é o único domínio no qual se manifesta o princípio de escritura: a criação publicitária, a imprensa, algumas trocas de correspondência, entre outros, também se relacionam à escritura.

Além da dimensão intertextual, um outro critério importante de reconhecimento do princípio de escritura é o da produtividade textual (KRISTEVA, 1968), entendida como um fenômeno dinâmico intertextual: o princípio de escritura transforma o texto em algo diferente do simples produto finalizado de uma produção finalizada: um trabalho infinito do sentido por meio da sucessividade discursiva e da multiplicidade de leituras.

³ Preferimos manter os termos *scription* e *scripteur* em francês pelo fato de as edições correntes da obra de Roland Barthes em português optarem por não traduzi-los. (N. T.)

Scription e escritura opõem-se de um triplo ponto de vista: linguístico, sociolinguístico e pragmático. Com a *scription*, frequentemente, apenas microssistemas da língua são mobilizados: saberes e habilidades em número bem limitado, e até mesmo obrigatoriamente limitado. Contrariamente, com a escritura, o jogo de possibilidades linguísticas (e extralinguísticas) está amplamente aberto, todos os recursos da língua podem ser utilizados, apoiando-se, em geral, em implícitos (mais ou menos estáveis). Vários tipos de saber e de habilidade são, assim, indispensáveis.

De outro ponto de vista, sociolinguístico se quisermos, podemos dizer que, se a *scription* é o território escritural do Grupo (cidadãos, usuários...), a escritura é muito mais o território do Sujeito, tornado “heterogêneo” (AUTHIER-REVUZ, 1984). De fato, num caso, a comunicação se apoia sobre um contrato (CHARAUDEAU, 1983), em princípio conhecido, claro e, sobretudo, incontornável, enquanto no outro caso o contrato não é forçosamente prévio: ele pode ser construído, negociado na comunicação. Do mesmo modo, se as posições dos atores da troca linguística são rigidamente determinadas pelo que diz respeito à *scription*, isso não funciona para a escritura: o jogo das posições é mais complexo, elas não são estabelecidas de uma vez por todas e podem ser recolocadas em questão pelo discurso. De fato, num caso, a legitimidade do *scripteur* e da prática é um pré-requisito; no outro, pode-se conquistá-la.

Nos textos que pertencem ao domínio da *scription*, procuraríamos em vão por traços da enunciação (da produção de um discurso por um Eu). Na maior parte dos casos, elas seriam, inclusive, inconvenientes (em um manual de instruções ou um boletim meteorológico). O projeto comunicativo é, aliás, simples: visa-se, em geral, a realização mais ou menos imediata de uma única intenção. Poucos atos de linguagem são necessários. E a interpretação não deve, aliás, apresentar mais dificuldade do que a produção. Inversamente, os textos que pertencem ao domínio da escritura são, às vezes, autênticas representações languageiras em que o Eu parece não se apagar, mas, principalmente, se difundir. A realização do projeto comunicativo não é sempre evidente, e o leitor deve, constantemente, interpretar: ele tem a obrigação de criar hipóteses, pois há realização de

estratégias complexas, muito menos ritualizadas, abertas ao mesmo tempo à intertextualidade e à inovação. Há polifonia: a escrita dialoga, então (explicitamente e/ou implicitamente), com outros discursos, outros textos (citados, evocados ou mesmo supostos) (ver, por exemplo, ROULET et al, 1985 e MOESCHLER, 1985).

Grosso modo, o princípio de *scription* manifesta-se em um certo número de classes de textos, como as mensagens prescritivas ou proscritivas (instruções, avisos, proibições) sobre placas ou faixas (chamamos de “anúncios” [“écriteaux”]), os cardápios, as plantas, os menus, os programas, as certidões, os catálogos, os formulários etc... São classes de textos que podemos, sumariamente, qualificar como “funcionais”, nas quais se manifesta, essencialmente, o aspecto denotativo da linguagem, em que toda marca do ato de enunciação, da presença subjetiva de um scripteur seria simplesmente deslocada. Apenas um setor (mais ou menos) reduzido da língua é solicitado.

Quanto ao princípio de escritura, ele diz respeito a produções textuais que chamamos frequentemente de “polissêmicas”, que solicitam não mais uma ínfima parte da língua, mas que, ao contrário, jogam com todas as possibilidades do sistema, em particular com as conotações. Diferentemente da *scription*, a escritura mobiliza várias matrizes. A escritura é, efetivamente, a “moral da forma” (BARTHES, 1953): lemos nela pulsões e conflitos, posições e oposições, e, assim, o ato de enunciação. Estamos aqui não mais no domínio da transparência, mas, mais frequentemente, no da opacidade, da ambiguidade, da ambivalência ou do jogo. E há, claro, *mise en scène*⁴ semiolinguística, o que vamos observar na última parte, destinada à “narrativa de vida”.

A narrativa de vida como escritura

Consideraremos aqui a narrativa de vida como um discurso narrativo autobiográfico, ou seja, como um certo tipo de organização textual (ADAM, 1984; VAN DIJK,

⁴ Preferimos manter a expressão *mise en scène* em francês pelo fato de a crítica linguística e literária, em sua quase unanimidade, optar por não traduzi-la. (N. T.)

1983) que toma como objeto o próprio vivido do narrador. De outro lado, os textos propostos serão narrativas de vida escritas, produzidas para serem publicadas seja em uma seção (o “correio dos leitores” de um jornal, de um periódico), seja em uma coletânea de depoimentos. Trata-se, então, de textos que, por serem autênticos, não são por isso menos elaborados com vistas a uma difusão de massa. A narrativa de vida oral, produzida, por exemplo, em situação de investigação, parece-me, naturalmente, um pouco diferente. Se há, certamente, nos dois casos, uma interação que, embora mediatizada na narrativa de vida escritural, não é por isso menos estruturante, nesse último caso, por outro lado, qualquer que seja a competência linguística textual do narrador, há um trabalho de (re)apresentação⁵ específico. A “narrativa de vida” escritural é, então, uma prática na qual se manifesta o que chamei de princípio de escritura.

A intenção de comunicar um vivido, mas também a vontade de reivindicar uma identidade e até mesmo de “[extrair] dos eventos uma lição de vida”,⁶ passam por toda uma mise en scène, por um incontornável trabalho de escritura, por um esforço mais ou menos importante para produzir um texto de acordo com uma certa representação da narração escrita. Como assinala, com razão, C. Abastado, “o ato de escrever exige a necessidade do bem escrever; a literatura opera como um polo de atração”: por isso, não há dúvidas de que “a prática escolar é determinante: ela funda as regras de escritura de narrativas de vida” (ABASTADO, 1983, p. 11, 14). O que não significa, na minha opinião, que toda narrativa de vida seja engendrada por um modelo de expressão cultural e constitui, em resumo, apenas uma realização particular desse modelo. Muito pelo contrário: apontarei como hipótese que a narrativa de vida escritural, se ela é “um dever primordial da clas-

⁵ Como assinala E. Marc Lipiansky, “a narrativa de vida é uma tentativa do sujeito de construir e oferecer uma imagem de si mesmo [...]. É o esforço para reapoderar-se de sua identidade por meio do aleatório e dos avatares da existência numa coerência que a torna comunicável a outrem. A narrativa supõe, assim, um processo de totalização, por meio do qual o enunciatador busca dar sentido e consistência à sua vida” (LIPIANSKY, 1983, p. 61).

⁶ Aliás, C. Abastado observa que “narrar-se é [...] um ato ilocutório; trata-se menos de reencontrar o passado do que de fazer existir o que se afirma para se dar uma identidade. Narro, ergo sumo [Narro, logo existo]” (ABASTADO, 1983, p. 9).

se” (ABASTADO, 1983, p. 14), é, antes de tudo, uma prática que diz respeito, plenamente, ao princípio de escritura, “às estratégias de conformação e de deformação operadas simultaneamente no escrito” (GRIVEL, 1980, p. 331).

Tratar-se-á, por meio da leitura de algumas produções, de ilustrar essa proposição, atendo-nos, principalmente, à observação não de todos os “subjativemas⁷ [que] geram e estruturam a narrativa de vida” (CHAUFRAULT-DUCHET, 1983, p. 106), mas somente de um elemento que me parece de primeiríssima importância: a economia das formas verbais, ou seja, a estruturação temporal, as posições e oposições dos diversos tempos da narração na sucessividade discursiva.

O emprego dos tempos será considerado aqui como um aspecto privilegiado da enunciação narrativa, do escrito, então, um aspecto privilegiado da mise en scène, por um EU-scripteur, de seu vivido. E a análise da economia das formas verbais não seria ignorar as “grades” propostas pela linguística da enunciação e pela linguística do texto.

A oposição, estabelecida por E. Benveniste (1966), entre “enunciação histórica” e “enunciação de discurso” (história/discurso) recebeu o mérito, à sua época, de situar no terreno do discurso a abordagem das oposições entre tempos do passado. Mas os dois “sistemas” de Benveniste (que podemos esquematizar por duas fórmulas: *passé simple* [passado simples] + terceira pessoa e *passé composé* [passado composto] + primeira pessoa), se são bem “distintos” com frequência, estão longe de o serem sempre. Às vezes, não há “uso concorrente” do *passé simple* (PS) e do *passé composé* (PC): uma enunciação em primeira pessoa pode muito bem acolher o PS e o PC da mesma forma que uma enunciação em terceira pessoa pode muito bem utilizar o PC ao lado do PS. Neste caso, não há concorrência no nível dos sistemas, mas, simplesmente, oposição no nível das

⁷ Subjativemas “são unidades léxicas (substantivos, adjetivos e advérbios) que em um discurso particular expressam subjetividade, ou seja, informam acerca de uma avaliação (afetiva ou valorativa) do enunciador. Os subjativemas podem ser divididos em dois grupos: afetivos e avaliativos” (SILVA, O. V.; JESUS, A. S. Os elementos subjetivos da linguagem no desenvolvimento da competência leitora da língua espanhola. *Diálogo das Letras*, Pau dos Ferros, v. 03, n. 01, p. 5-26, jan./jun. 2014). (N. T.)

formas, no interior do microsistema que constitui o próprio texto. É o que aparece nas narrativas de vida, o que será discutido mais adiante.

H. Weinrich, por sua vez, propôs um modelo sensivelmente diferente daquele de Benveniste (WEINRICH, 1973, p. 25-65).⁸ Tal modelo opõe duas “atitudes de locução”: o comentário e a narrativa (o “mundo comentado” ao “mundo narrado”) que compartilham o emprego das formas temporais. Ele fala de “tempos comentativos” e “tempos narrativos”. Na distribuição proposta, o PC (tempo “comentativo”) e o PS (tempo “narrativo”) se excluem, exatamente como em Benveniste. Entretanto, diferentemente deste último, que considerava que o imperfeito era “comum aos dois planos” do discurso e da narrativa histórica (BENVENISTE, 1966, p. 243), Weinrich faz deste mesmo imperfeito um tempo narrativo.

Não me prolongarei aqui sobre essa distribuição a propósito da qual poderia retomar, grosso modo, as restrições formuladas anteriormente. Entretanto, é necessário acrescentar que essas restrições são de tal modo fundadas no caso do modelo de Weinrich que este último proclama em alto e bom tom seu engajamento pela “linguística textual” segundo a qual “as formas temporais não são empregadas isoladamente” (WEINRICH, 1973, p. 259): elas “vêm a nós inicialmente e retornam por meio de textos. É neles que elas desenham com outros signos, e também com outros tempos, um complexo de determinações, uma rede de valores textuais...” (WEINRICH, 1973, p. 13). Essa “base de dados” parece-me impor uma metodologia que faz do texto o lugar central onde se cons-

⁸ Sabemos que, para Weinrich, o *passé composé*, o presente e o futuro são “tempos comentativos”, enquanto o *mais-que-perfeito*, o *passé antérieur*, o imperfeito, o *passé simple* e o condicional são “tempos narrativos”. Já para Benveniste, a “*enunção histórica*” só pode acolher o *passé simple* e o *passé antérieur*, o imperfeito (e o *mais-que-perfeito*) e o “*prospectivo*” (“tempo *perifrástico substituto do futuro*”), além da “*enunção do discurso*”, todos tempos do indicativo, com exceção do *passé simple* e do *passé antérieur* (WEINRICH, 1973; BENVENISTE, 1966).

troem valores relativamente originais (um microsistema às vezes inédito), determinados, essencialmente, por condicionamentos pragmáticos e sociolinguísticos ocasionais.⁹

E, desse ponto de vista, as narrativas de vida a seguir ilustram bem a possibilidade de uma co-habitação – no estado de língua abordado (e em certas condições de recurso ao escrito), e mesmo em um texto não literário – do PS e do PC. Esses textos, que foram escritos para serem publicados, mostram, igualmente, que a oposição tensão (com os tempos comentativos)/relaxamento (com os tempos narrativos), tal como é formulada por Weinrich, é discutível. Proponho, simplesmente, lermos as duas narrativas seguintes não como os produtos de uma escrita pronta, mas como duas produções escriturais originais, que constroem sistemas textuais de formas relativamente autônomas.

Texto 1^{10 11}

On peut devenir non violent comme on devient religieux, bonne sœur ou conjoint anonyme: par peur!

Ma mère m'aimait. Elle était névrosée, envahissante et bourrée de traditions bourgeoises. Son «amour» m'inonda, m'accompagna dans mes moindres déplacements, et gagna même ma pensée: il me névrosa. C'était une mère modèle, exemplaire, omniprésente. Elle voulait un enfant modèle, exemplaire: elle l'obtint à coup de chantage à l'amour, à la sagesse, à l'obéissance.

Tout petit, quand je n'étais «pas sage», quand mon agressivité vagabondait et jouissait, pour me faire revenir dans «le droit chemin», elle me boudait, refusait son affection et créait en moi l'insécurité affective. Et j'ai pris l'habitude d'avoir peur de ce manque d'affection maternelle, et j'ai pris l'habitude de ne plus oser; j'ai refoulé mon agressivité; j'étais devenu sage. Le dressage était terminé, il fallait le cultiver. A l'école, j'étais docile donc studieux, bon élève et évidemment bien classé. J'ai trouvé là ma seconde défense: la réussite scolaire. Ma mère renchérit: elle me vanta, me fit croire à

⁹ Certamente, não é necessário subestimar o peso da norma, ou seja, hábitos linguísticos da coletividade, mas a autonomia da palavra – então, do texto –, deve ser encarada muito seriamente se recusamos os impasses de uma linguística – “estrutural” – da frase.

¹⁰ Tomado emprestado do correio dos leitores de *La gueule ouverte*, n. 24, 22 de dezembro de 1976.

¹¹ Optamos por não traduzir na íntegra os textos citados em francês pelo fato de o autor utilizá-los para estudar tempos verbais inexistentes na língua portuguesa (o passé composé e o passé simple). (N. T.)

mon intelligence et s'installe bien gentiment en moi, jour après jour, un préjugé de supériorité.

En grandissant, les mécanismes s'amplifièrent; j'ai cru que j'étais supérieur, j'ai cru aussi que si j'osais ... je ne découvrirais que l'insécurité affective et la solitude... Et je voyais les autres qui osaient et les enviais. Un complexe d'infériorité se construisit, la peur de l'échec s'installe, et tranquillement me castra. Les peurs cernaient mes structures et mes frustrations. Je croyais être libre, mais j'étais incapable de prendre ma décision.

La non violence, rencontrée au hasard d'un chemin, me plut, car je croyais y trouver la réponse à mes «questions-problèmes» et y gagner une sécurité idéologique. Mon agressivité refoulée fit bon ménage avec ce que je croyais être une non-agressivité. Mon complexe d'infériorité, ma peur du «qu'en dira-t-on?» firent bon ménage avec les «moyens nobles» et «non-condamnables» de la stratégie non violente. Mon préjugé de supériorité s'éta: j'étais un militant pas comme les autres; j'étais respectable, bien pensant, «cohérent».

Aujourd'hui, bousculé, arraché à mes attachements, les doutes ont perturbé mes structures psychologiques. Mon agressivité renaissant de ses cendres trouve un merveilleux champ d'application dans la stratégie non violente où elle peut s'exercer en toute liberté. Je m'entraîne à ne plus avoir peur en brisant mes habitudes, mes conditionnements qui me faisaient pressentir l'échec. Mon préjugé de supériorité commence à s'effriter quand je vois mes difficultés à être libre, heureux et militant. Et parfois j'ai bien envie de désobéir à la «non violence classique»; je n'ai plus peur.

Texto 2¹²

Je suis née à Oyonnax, le 16 janvier 1905. A cette époque, c'était la capitale du celluloïd, aujourd'hui, c'est celle du plastique. Mes parents étaient Bressans. Avant de venir à Oyonnax, ils avaient une boucherie à Bourg-en-Bresse. Dans leur nouvelle cité, ils créèrent un hôtel-restaurant. Ils avaient été élevés à la campagne, c'était des familles d'honnêtes gens, la branche maternelle avait été plus bourgeoise. J'ai un meilleur souvenir de ma mère. Nous étions sept enfants. Elle nous a tout donné. Sa vie a été une lutte perpétuelle, beaucoup de chagrins, de désillusions, deux enfants morts en bas-âge, deux autres à la guerre de 1914. Enfant, je n'ai guère connu les joies familiales, car elle était dépassée par le travail incessant qu'elle devait fournir. Levée à 3 heures le matin, couchée tard, elle n'a pas

¹² Tomado emprestado da obra de J. Arbois e J. Schidlow, 1978, p. 113-116. Assinado: Mme I. B., Cannes.

résisté. Elle est morte à 53 ans. Lorsque le docteur la vit, il dit qu'il n'avait jamais vu un corps si usé et en était vraiment surpris.

Je me suis mariée en 1922, j'avais 17 ans et demi, ma mère est morte trois mois après notre mariage. Mon mari est artiste, violoncelliste, excellent musicien. Lui aussi avait dès l'enfance connu les vicissitudes de la vie. A 4 ans, il vit l'appartement de ses parents complètement détruit par la folie des masses lancées en furie contre tout ce qui était italien à cause de l'assassinat de Sadi Carnot par Caserio. Mon mari, engagé volontaire en 1914, fut versé à la légion étrangère; ce régiment dit d'élite est un vrai régiment de hors-la-loi. Il avait été marié une première fois, sa femme est morte en 1917 de la grippe espagnole. Rentré à Lyon, il a fallu reprendre goût à la vie et la musique seule lui a apporté cette espérance. Notre mariage ne fut pas tellement une réussite avec deux caractères opposés. Treize ans et demi de différence d'âge, lui connaissait la vie mieux que moi, j'étais la petite oie blanche et je croyais tout savoir. Personne pour me guider et je dois dire que ma mère m'a toujours manqué. Nous avons eu un petit garçon en 1925. Mon mari avait du travail.

Moi-même, je travaillais lorsque vint la récession en 1929. Suppression des orchestres dans les cinémas, les brasseries... à cause des films parlants. Nombre de musiciens connurent le chômage, la misère. Nous étions de ceux-là. Nous avions de la famille à Paris, il nous fut conseillé de prendre un commerce, et nous voilà partis à l'aventure.

Nous avons pris à crédit un restaurant ouvrier à Puteaux. Mais avec la crise qui sévissait, les usines ne travaillaient plus qu'un jour par semaine. Ce fut, bien entendu, la catastrophe. Nous n'avions pas encore touché le fond du désespoir. Notre fils meurt, victime d'un accident, le 13 août 1932, en même temps que la sœur de mon mari. Mon beau-père meurt subitement du choc de cette tragédie. Inutile de vous dire ce que nous avons souffert; cette souffrance est toujours aussi vive malgré les apparences trompeuses.

Cahin-caha nous continuons à vivre de cette affaire jusqu'en 1934. Nous avons enfin vendu et il ne nous restait que les yeux pour pleurer. Nous avons un ami violoncelliste chez lequel nous avons pu mettre nos meubles. Nous avons loué un meublé et sommes partis à la recherche d'un emploi. Tous les hommes et toutes les femmes qui ont vécu ces années de chômage, de misère de 1930 à 1935, ne peuvent les oublier. Un film fait par le parti communiste, Le temps des cerises, reflétait bien la situation. Nous attendions avec impatience la sortie des journaux du soir pour connaître les offres d'emploi, mais quand nous nous présentions, les places étaient déjà prises...

Enfin, j'ai pu trouver une place. Mon mari allait tous les jours se renseigner au fameux café de Montmartre où les artistes se réunis-

saient pour essayer d'avoir du travail. Comme il n'était pas parisien, pas connu, les jours s'écoulaient bien tristement pour lui. Nous tenions quand même le coup malgré un salaire peu élevé. A cette époque, il y avait des côtelettes à partir de 0,90 F pièce. On voyait le jour à travers.

Mon mari, n'ayant rien trouvé à Paris comme travail, décide d'aller à Lyon où il était connu. En effet, il y trouve dans un orchestre un emploi de violoncelliste. Tout heureux, il m'écrit de venir le rejoindre. Il avait trouvé deux pièces minables. Je donne ma démission et j'arrive à Lyon. Hélas! ce havre de paix ne devait pas durer. Deux jours après mon arrivée, mon mari tombe gravement malade. Il est hospitalisé et y reste deux mois pour une pleurésie gangreneuse due à un froid et à la sous-alimentation. La solidarité a joué, les musiciens de l'orchestre dont il faisait partie se cotisaient pour me donner une partie de ses semaines, une quête fut même faite à l'Opéra.

Je n'avais pas de travail, j'étais en subsistance chez l'un, chez l'autre.

Un ami de mon mari, connu à la légion étrangère, qui habitait Mougins dans les Alpes-Maritimes, le fit venir pour sa convalescence. Là fut prise la décision de quitter Lyon et d'habiter chez lui en attendant que mon mari se remette de sa grave maladie. Nous y sommes restés un an; mon mari retrouva la santé grâce à l'air pur et surtout à la générosité de cet ami qui était juif et d'une très grande bonté.

Mais nous ne pouvions vivre ainsi plus longtemps, et je tente un essai de travail de comptable à Fréjus-Plage, dans une fabrique de pâtes. Comme cet essai est concluant, nous nous installons à Saint-Raphaël. C'était en 1936. Pour mon mari, à la recherche d'un travail, c'était à nouveau la course à l'échalote. Nous avons fait la connaissance d'une famille lyonnaise qui nous apportait beaucoup de réconfort. Nos pérégrinations prenaient même un aspect humoristique. Mais à Noël 1936, je mangeai des coquillages qui me furent néfastes. J'eus la typhoïde et je passai deux mois et demi à l'hôpital. Mon mari était épouvanté lorsque mon patron eut l'idée de le prendre à ma place. Il s'adapte parfaitement et je pouvais lui donner certains conseils lorsqu'il venait me voir. C'était tout de même un rayon de soleil. Je suis sortie de l'hôpital avec un certain contentement. Je pensais me reposer une huitaine de jours avant de travailler. Lorsque j'entendis tout à coup une sirène, j'eus comme un pressentiment: la fabrique de pâtes brûlait. Nous nous rendîmes à Fréjus Plage où nous ne pûmes que constater le désastre. Une partie de la comptabilité avait été détruite. Rentrant chez nous, nous filmes pris d'un rire démentiel.

Mes patrons n'étaient pas hommes à se laisser abattre. Mon mari et moi rangeâmes des papiers pendant une vingtaine de jours et

étions nourris. Ensuite, je fis le travail seule, à mi-temps, ce qui m'était payé 550 F par mois. Mon mari avait l'espoir de faire partie de l'orchestre municipal de Saint-Raphaël pendant la saison d'été. Au bout de quatre mois, la fabrique redémarrait.

J'ai pu, grâce à la générosité de ma sœur, aller à l'exposition internationale de 1937.

Le coût du chemin de fer aller et retour était de 225 F. Mon mari commença à s'occuper de la chorale mixte de Saint-Raphaël, avec un très grand succès. Il n'était pas payé pour ce travail, mais voyant les résultats, il le faisait volontiers. Nous respirions, sans avoir de l'argent à gogo. Nous mangions. Pour ma part, j'ai collecté pour l'Espagne républicaine; il fallait du lait pour les enfants. Le drame qui se passait si près ne pouvait nous laisser insensibles. Les années passent vite lorsqu'un peu de tranquillité vous est échue.

Arrive 1940, la guerre et toutes ses horreurs. Mon mari est mobilisé trois mois. Nous avons vécu comme tous les Français dans l'angoisse. Nous avons été résistants, des résistants anonymes. A quoi servent les honneurs?

Février 1941, je quitte la fabrique de pâtes de Fréjus-Plage et rentre chez un notaire de Saint-Raphaël. J'y suis restée cinq ans. Mon mari, malgré l'occupation, fait un peu de musique. Il travaille à la mairie de Saint-Raphaël. Ensuite, pendant treize ans, j'ai fait la navette entre Saint-Raphaël et Cannes où j'avais trouvé du travail dans une autre étude. Nous nous sommes installés à Cannes en 1958, et y sommes toujours.

En 1962, mon mari fit un infarctus. Il avait 72 ans, et s'est arrêté de travailler. De mon côté, j'ai pris ma retraite en 1964 ; j'avais 60 ans.

Les ennuis, même pendant la retraite n'ont pas manqué. En décembre 1969, j'ai été assez malade. En novembre 1970, je suis renversée par une moto Honda 250, sur un passage protégé. Je me retrouve à nouveau à l'hôpital car une cheville est cassée. Par une chance inespérée, je marche sans boiter, mais souffre tout de même des séquelles de cet accident. En 1974, mon mari est opéré de la cataracte avec complications, embolie, orchite, et tout et tout. Compte tenu de son âge (il aura bientôt 87 ans), cela prend de l'importance. Je vis souvent dans l'inquiétude, j'ai tout de même 73 ans, nous sommes seuls, la famille est éloignée. Nous avons tout de même un bon moral, et nous aimons la vie. Si nous avons connu le pire, nous avons découvert que la vie est la vie et qu'il fallait toujours voir le beau et le bien. Chacun a sa chance et elle vient à tout âge.

Primeira observação: as duas narrativas mostram claramente que o escrito contemporâneo é suscetível (apesar da força da tendência observada por Benveniste) de explorar a oposição PS/PC no interior do mesmo discurso assumido por um EU.

Não me demorarei sobre a utilização, em um mesmo texto, dos dois valores do PC, colocados em evidência por Benveniste: o valor de base, aspectual (o PC é uma “forma de perfeito” da mesma maneira que o mais-que-perfeito ou o passé antérieur) e o valor derivado, poderíamos dizer temporal (o PC é encontrado, no eixo das “formas temporais”, concorrentemente com as formas simples: presente, imperfeito e... passé simple).¹³ Convém, entretanto, observar que:

- no texto 1, o último PC (“as dúvidas perturbaram” [“les doutes ont perturbé”]) é ligado explicitamente ao presente do scripteur (“Hoje” [“Aujourd’hui”]): trata-se certamente de um “presente perfeito” (“parfait de présent”), de uma forma realizada. Ele não está de forma alguma em oposição a um outro tempo do passado;

- no texto 2, ocorre o mesmo para os dois últimos PC (“nós conhecemos” [“nous avons connu”], “nós descobrimos” [“nous avons découvert”]) utilizados após uma série de formas no presente que remetem ao momento da escritura (“isso leva” [“cela prend”], “eu vivo” [“je vis”], ... “nós amamos” [“nous aimons”]).

Mas o que é bastante interessante nos dois textos é, essencialmente, a utilização do PC com valor temporal em concorrência com o PS, no texto 1, e com o PS e o presente chamado “histórico” no texto 2. E não convém sublinhar somente os intervalos em referência ao modelo descrito por Benveniste; convém, sobretudo, se interrogar sobre a coerência do emprego desses tempos, sobre sua economia textual. Pois a tentação da apreciação da incoerência, do julgamento da não conformidade gramatical não resiste a uma

¹³ BENVENISTE, 1966, p. 245-249. Para uma discussão de um ponto de vista diacrônico sobre as hipóteses de Benveniste, ver BOYER, 1979.

leitura um pouco honesta. O que não significa de forma alguma que a distribuição das formas temporais é obra de uma estratégia totalmente controlada: isso seria fazer uma aposta pouco razoável em um trabalho de escritura perfeitamente lúcido e eficaz e na transparência textual. Uma aposta razoável consiste, antes de tudo, na minha opinião, em considerar a imbricação e o jogo das formas como uma resultante, de várias maneiras inédita, da estruturação de um vivido. E parece-me que a noção que pode contribuir melhor para o entendimento dessa imbricação e desse jogo das formas é a de “colocar em relevo” [mise en relief].

Essa expressão é utilizada por Weinrich para designar “a única e singular função da oposição entre Imperfeito e Passé simple no mundo narrado” (WEINRICH, 1973, p. 117; ADAM, 1976). Para ele, “o Imperfeito é, na narrativa, o tempo do plano de fundo; o Passé simple, o tempo do primeiro plano” (WEINRICH, 1973, p. 115). Não há dúvida de que a oposição Imperfeito/PS serve para exprimir uma diferença de plano e, mais precisamente, que o PS “marca um fato de primeiro plano”, como observava Imbs (IMBS, 1960, p. 91). O imperfeito exprime justamente o “contínuo” que “não tem, por si, nem começo nem fim” (IMBS, 1960, p. 90). Mas esse valor fundamental do Imperfeito (plano de fundo) não se opõe somente (se não aceitamos a repartição estrita de Weinrich entre tempos comentativos e tempos narrativos) no OS, mas igualmente no PC (com valor temporal) e até mesmo no presente dito “histórico”, como é o caso no texto 2.

Há, então, nas narrativas de vida propostas, uma complexa colocação em relevo [mise en relief]. No texto 1, ela recai sobre a alternância opositiva do PS (“inondou” [“inonda”], “acompanhou” [“accompagna”], “ganhou” [“gagna”], “tornou neurótico” [“névrosa”]...) e do PC com valor temporal (“tomou” [“ai pris”], “reprimi” [“ai refoulé”], “encontrei” [“ai trouvé”], “acreditei” [“ai cru”]...). Esses tempos remetem a um período finalizado – a infância e a adolescência (“Pequenino” [“Tout petit”], Crescendo [“En grandissant”]) –, em descontinuidade com o presente (Hoje [“Aujourd'hui”]). Essa representação de um vivido problemático dá-se por meio de uma colocação em perspectiva [mise en perspective] no interior mesmo do que Weinrich chama de “primeiro plano”. O

PS é, de fato, exclusivamente associado à terceira pessoa, ao alocutário (JOLY, 1973, p. 9): “seu amor me inundou, me acompanhou...” [son amour m'inonda, m'accompagna...]; “minha mãe foi ainda mais longe: ela me exaltou, me fez acreditar” [ma mère renchérit: elle me vanta, me fit croire]; “instalou-se... um preconceito de superioridade” [s'installa... un préjugé de supériorité] etc; enquanto o PC está associado à pessoa do narrador, ao EU: “eu tomei” [“j'ai pris”], “eu reprimi” [“j'ai refoulé”], “eu encontrei” [“j'ai trouvé”], etc.

À oposição plano de fundo/primeiro plano acrescenta-se, aqui, uma oposição entre *moi* e *non-moi*:¹⁴ estamos na presença de uma *mise en scène* bastante narcisista na qual parece se deleitar o scripteur. Não há dúvida de que outras abordagens conduziriam a observações muito interessantes sobre essa *mise en scène*... Mas é no texto 2 que a colocação em relevo é particularmente complexa, e inclusive sofisticada. Ela opõe, obviamente, um plano de fundo (de base) no imperfeito e no mais-que-perfeito a uma alternância de planos aproximados. Proporei uma leitura sobre isso.

Aqui, a oposição do PS, do PC (de valor temporal) e do presente (“histórico”) se faz no interior de dois “sistemas”¹⁵ estreitamente imbricados na narrativa. No “sistema” dos personagens, quando o discurso narrativo trata principalmente da matéria actancial, é a oposição proximidade/distância que comanda o emprego dos tempos. A proximidade seria um privilégio raro: aquele da mãe (e, claro, do próprio personagem do scripteur) tratada no PC, ao passo que todos os outros personagens são tratados no PS. O que aparece claramente no início do texto, onde se discute precisamente a questão da mãe: “Sua vida foi uma luta perpétua [...]. Acordada às 3 horas da manhã, dormindo tarde, ela não resis-

¹⁴ Preferimos manter o termo *moi* em francês pelo fato de a crítica linguística, literária e psicanalítica optarem por não traduzi-lo. Joël Dor nos ensina que “a diferença entre o Je e o Moi não é exatamente correspondente à existente entre ‘eu’ e ‘mim’ em português. O moi corresponde à autodesignação em posição de objeto, ou seja, em terceira pessoa [...], é o sujeito que ‘se’ vê como um objeto, que ‘se’ vê como um outro” (DOR, Joël. A alienação do sujeito no Eu (Moi) – O esquema L – A forclusão do sujeito. Introdução à leitura de Lacan. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991). (N. T.)

¹⁵ Utilizo esta denominação por falta de uma melhor.

tiu. Ela morreu aos 53 anos” [“Sa vie a été une lutte perpétuelle [...]. Levée à 3 heures du matin, couchée tard, elle n'a pas résisté. Elle est morte à 53 ans”].

O mesmo não ocorre com os outros, nem com o marido, e poderíamos considerar os enunciados seguintes como um tipo de argumentação sobre a diferença de comportamento narrativo a respeito desse personagem e da mãe: “Nosso casamento não foi exatamente um sucesso devido a personalidades opostas. Treze anos e meio de diferença de idade, ele conhecia mais a vida do que eu, eu era o pequeno cisne branco e acreditava saber tudo. Ninguém para me guiar, e devo dizer que minha mãe sempre me faltou...” [“Notre mariage ne fut pas tellement une réussite avec des caractères opposés. Treize ans et demi de différence d'âge, lui connaissait la vie mieux que moi, j'étais la petite oie blanche et je croyais tout savoir. Personne pour me guider et je dois dire que ma mère m'a toujours manqué...”].

O “sistema” dos acontecimentos, de acordo com ele, parece repousar sobre uma gradação da dramatização. A um grau zero de dramatização – um segundo plano, por assim dizer (no PC) –, se oporia um primeiríssimo plano (no PS), aquele de um enfoque no acontecimento, de uma representação trágica ou, simplesmente, patética do vivido (um grau superior de ênfase narrativa).

Podemos encontrar a ilustração dessa utilização “hierárquica” dos dois tempos em relação às peripécias da narração nas sequências em que se dão dois acontecimentos particularmente graves e espetaculares: a febre tifoide e o incêndio da fábrica. Temos, aliás, o recurso ao PS: “... no Natal de 1936, comi mariscos que me foram nefastos. Tive febre tifoide” [“... à Noël 1936, je mangeai des coquillages qui me furent néfastes. J'eus la typhoïde...”]; “Eu pensei em repousar uns oito dias antes de trabalhar. Quando ouvi de repente uma sirene, tive como que um pressentimento: a fábrica de massas queimava” [“Je pensais me reposer une huitaine de jours avant de travailler. Lorsque j'entendis tout à coup une sirène, j'eus comme un pressentiment: la fabrique de pâtes brûlait...”]. Entre os dois acontecimentos – no intervalo, poderíamos dizer, para o segundo plano –, é o PC que é empregado: “Eu deixei o hospital com um certo contentamento” [“Je suis sortie de

l'hôpital avec un certain contentement”]. Do mesmo modo, após crises muito graves, mesmo um acontecimento interessante como a visita à Exposição Universal de 1937 não parece justificar um tratamento privilegiado: “Pude, graças à generosidade de minha irmã, ir à exposição internacional de 1937” [“J'ai pu grâce à la générosité de ma sœur, aller à l'exposition internationale de 1937”].

Mas os dois “sistemas” não são independentes, afastados um do outro; eles se interagem. E precisamente sobre isso temos um bom exemplo no tratamento da “pleurisia gangrenosa” [“pleurésie gangreneuse”] do marido no presente “histórico”, que não podemos relacionar, se seguirmos minha construção, nem ao “sistema” dos personagens nem ao dos eventos. A hipótese mais responsável consiste em considerar que, se estamos aqui, antes de tudo, sobre o eixo dos acontecimentos, trata-se de um personagem bem particular, cujo tratamento no sistema dos personagens estende-se sobre todo o discurso narrativo: a doença (embora tão longa quanto a da própria autora) não pode ser tratada no PC, por se tratar de um evento grave, mas ela não parece, apesar da gravidade, justificar o recurso ao primeiríssimo plano, no PS. É necessário realmente considerar quando o presente é um tipo de compromisso entre os dois “sistemas” de atribuição de formas temporais no texto. O presente é aqui, de algum modo, um estágio intermediário entre o segundo plano e o primeiríssimo plano, do ponto de vista da dramatização. Dito de outra forma, esse tempo representaria a neutralização dos dois funcionamentos concorrentes (personagens/acontecimentos).¹⁶

Quanto ao tratamento da morte do filho no presente (“nosso filho morre” [“notre fils meurt”]) e a do padastro (“meu padastro morre” [“mon beau-père meurt”]), há aí também, certamente, um compromisso, mas de natureza um pouco diferente: os personagens mortos, mesmo próximos, saíram do vivido narrado. A propósito da sequência que precede a referência ao Natal de 1936, parece-me claro que o emprego do presente é

¹⁶ Ainda sobre o marido, observaremos que o fim de sua vida ativa é evocada em PC: “Em 1962, meu marido sofreu um infarto. Ele tinha 72 anos e parou de trabalhar. [“En 1962, mon mari fit un infarctus. Il avait 72 ans, et s'est arrêté de travailler”.]

como um condicionamento, uma preparação do leitor, um tipo de signo que anuncia o aumento dos perigos, a chegada dos dramas (a febre tifoide, o incêndio da fábrica) e, então, o recurso ao *passé simple*.

Esta análise do emprego das formas verbais é apenas uma construção; assim, totalmente discutível. Entretanto, o que me parece incontestável é o fato de que o texto sobre o qual tratamos mobiliza todos os tempos de que a língua dispõe para estruturar um vivido a fim de colocar em jogo duas escalas de valor, pela colocação em relevo e também pelos apagamentos, pelas neutralizações...

Certamente, minha leitura é globalizante, e certas formas podem escapar à organização proposta. Não é surpreendente: mesmo se falamos de programa textual, não saberíamos esquecer que há aí uma designação amplamente metafórica... O que é interessante é o grau de coerência desse “programa”. E me parece que há nesse modo complexo de colocação em relevo na narrativa de vida escrita como que um tipo de avaliação (no sentido que W. Labov dá a esta palavra). Trata-se justamente para o narrador de assinalar o que, segundo ele, não é comum, desinteressante, cotidiano... Muito pelo contrário, o espetacular, o dramático...¹⁷ A diversidade das formas verbais com valor de passado (que estão, ainda, evidentemente, amplamente disponíveis em francês) permite ao *scripteur* ultrapassar o espaço um pouco estreito da oposição entre dois planos (plano de fundo/primeiro plano) e oferecer, de seu vivido, uma representação complexa: a colocação em relevo é efetivamente um instrumento de “transformação do vivido”¹⁸ e um aspecto certamente essencial da escritura da narrativa de vida.¹⁹

¹⁷ Como observa W. Labov, “O intervalo, em matéria de simplicidade sintática ‘da narração’, tem sempre como consequência o acréscimo de força à avaliação” (LABOV, 1978, p. 316). Ele observa, aliás, que “os adultos [...] aprenderam a utilizar procedimentos linguísticos complexos a fim de avaliar seu próprio comportamento ao mesmo tempo que eles o relatam” (LABOV, 1978, p. 335).

¹⁸ A expressão é de Labov (cf. o título do capítulo 9, 3ª parte, de Labov, 1978: “A transformação do vivido através da sintaxe narrativa”).

¹⁹ Esta contribuição retoma, assim, trechos da obra (esgotada já há algum tempo e que não reeditei) *L'écrit comme enjeu* (BOYER, 1988): as páginas 16-17 e 55-65, com ínfimas modificações. Gostaria de agradecer profundamente aos dois coordenadores desse “dossiê”: minha amiga e colega Ida Lucia Machado (que, generosa-

SCRIPTIION/ECRITURE: SUR DEUX PRINCIPES SEMIODISCURSIFS DE LA COMMUNICATION SCRIPTURALE ET SUR LE "RECIT DE VIE"

RÉSUMÉ: Cette contribution reprend une réflexion développée dans un ouvrage déjà ancien et épuisé (Boyer 1988) se focalisant sur l'"ordre scriptural" (Peytard 1970) (passablement malmené par les sciences du langage en France durant la période pure et dure du structuralisme triomphant, au milieu du XXe siècle) pour analyser et illustrer les cohérences des fonctionnements sémi-discursifs qui le constituent.

MOT-CLÉS: Sémiolinguistique; Analyse du Discours; Scription.

Referências

- ABASTADO, C. *Raconte! Raconte...* Les récits de vie comme objet sémiotique. *Revue des sciences humaines*, n. 191, 1983.
- ABASTADO, C. *Situation de la parodie*. Cahiers du XX^{ème} siècle 6, 1976.
- ADAM, J.M. *La "mise en relief" dans le discours narratif*. *Le français moderne*, n. 4, 1976.
- ADAM, J.M. *Le récit*. Paris: PUF, 1984. (Col. Que sais-je?).
- ARBOIS, J.; SCHIDLOW, J. *La vraie vie des Français*. Paris: Ed. du Seuil, 1978.
- AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité(s) énonciatives). *Langages*, n.73, mars 1984.
- AUSTIN, J.L. *Quand dire c'est faire*. Paris: Ed. du Seuil, 1970.
- BARTHES, R. De la parole à l'écriture. *La quinzaine littéraire*, 1 et 15 mars 1974.
- BARTHES, R. *Le degré zéro de l'écriture*. Paris: Ed. du Seuil, 1953.
- BENVENISTE, E. *Les relations de temps dans le verbe français*. Problèmes de linguistique générale. Paris: Gallimard, 1966.
- BOYER, H. *L'écrit comme enjeu*. Principe de *scription* dans la communication sociale. Paris: Didier-Crédif/Essais, 1988.
- BOYER, H. L'opposition passé simple/passé composé dans le système verbal de la langue française. Un regard diachronique sur récit. *Le français moderne*, n. 2, avril 1979.
- BOYER, H. L'économie des temps verbaux dans le discours narratif. *Le français moderne*, n. 1-2, avril 1985.

mente, me convidou a oferecer esta contribuição) e meu colega Marcus Antonio Assis Lima (que o generosamente aceitou).

- CHARAUDEAU, P. *Langage et discours*. Paris: Hachette, 1983.
- CHAUFRAULT-DUCHET, M. F. L'énonciation et les ruses du sujet. *Revue des sciences humaines*, n. 192, 1983.
- GELAS, B. Eléments pour une étude de la citation. Linguistique et sémiologie, Presses Universitaires de Lyon, n. 6, 1970. (Sémiologiques).
- GENETTE, G. Palimpsestes. Paris: Le Seuil, 1982.
- GRIVEL, C. Stratégies pour un lecteur. Romanistische zeitschrift für literaturgeschichte 4 (Cahiers d'histoire des littératures romanes). Heidelberg: Jahrgang, Heft 2/3, 1980.
- IMBS, P. L'emploi des temps verbaux en français moderne. Essai de grammaire descriptive. Paris: Klincksieck, 1960.
- JOLY, A. Sur le système de la personne. *Revue des langues romanes*, LXXX, 1973.
- KRISTEVA, J. La productivité dite texte. *Communications*, n. 11, 1968.
- LABOV, W. Le parler ordinaire, 1: La langue dans les ghettos noirs des Etats-Unis. Paris: Ed. de Minuit, 1978.
- LIPIANSKY, E. M. Une quête de l'identité. *Revue des sciences humaines*, n. 191, 1983.
- MOESCHLER J. Dialogisme et dialogue: pragmatique de l'énoncé vs pragmatique du discours. *Tranel*, n. 9, décembre 1985. (Actes du Colloque "Dialogisme et polyphonie", 27-28 sept. 1985).
- PEYTARD Jean. Oral et Scriptural, deux ordres de situations et de descriptions linguistiques. *Langue française*, n. 6, 1970.
- PRATIQUES, n. 42, 1984. (L'écriture-imitation).
- ROULET, E. et al. L'articulation du discours en français contemporain. Berne: Peter Lang, 1985.
- VAN DIJK, T. A. La ciencia del texto. Barcelona, Buenos Aires: Ediciones Paidós, 1983. (Tradução de Tekswetenschap..., Het spectrum B.V., 1978).
- WEINRICH, H. Le temps. Paris: Ed. du Seuil, 1973.

*Recebido em 15/01/2015.
Aprovado em 15/02/2015.*